PRORROGAÇÃO DO EDITAL PPG-MPDS N. 02/2026

PRORROGAÇÃO DA SELEÇÃO DE CANDIDATOS ÀS VAGAS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - MESTRADO PROFISSIONAL EM DIREITOS SOCIAIS E PROCESSOS REIVINDICATÓRIOS

1. PREÂMBULO

1.1 O Reitor do Centro Universitário IESB e a Comissão de Seleção do Programa de Mestrado Profissional em Direitos Sociais e Processos Reivindicatórios - PPG-MPDS, no uso de suas atribuições legais, tornam público e estabelecem as normas da **prorrogação de prazo** do processo seletivo para o preenchimento das vagas do Programa de Mestrado Profissional em Direitos Sociais e Processos Reivindicatórios, em conformidade com as exigências do Regulamento deste programa e de acordo com o Parecer CNE/CES 498/2017, publicado no DOU em 09 de novembro de 2017.

1.2 A prorrogação das inscrições para o processo seletivo de candidatos ao Programa de Mestrado Profissional em Direitos Sociais e Processos Reivindicatórios - PPG-MPDS, para o segundo período letivo de 2025, deverão ser realizadas através do site https://www.mestrado.iesb.br, **até o dia 21/08/2026.**

1.3 As demais cláusulas do Edital PPG-MPDS N. 02/2026 permanecem inalteradas.

2. DO CRONOGRAMA

2.1 As datas de realização das inscrições, a homologação, as etapas do processo seletivo, bem como da divulgação dos respectivos resultados, constam do quadro abaixo.

Prorrogação do Cronograma da seleção PPG-MPDS Edital 02/2026

Etapa	Data
Publicação do Edital	27/05/2026
Período de Inscrições	27/05/2026 a **21/08/2026**
Divulgação dos Resultados da Análise da documentação e do Currículo, Avaliação da Carta de Intenções	**24/08/2026**
Convocação dos Candidatos Selecionados para a Avaliação Oral	24/08/2026
Interposição de Recursos da primeira etapa	24 e 25/08/2026 – Formulário no site do Programa
Realização da Avaliação Oral	24 a 27/08/2026

Divulgação do Resultado Final	**28/08/2026**
Interposição de Recursos do resultado final	28 e 29/08/2026 – Formulário no site do Programa
Período de Matrícula – alunos novos e veteranos	**31/08 a 02/09/2026** – Procedimento enviado por e-mail aos candidatos aprovados
Matrícula de Alunos Especiais – de acordo com a disponibilidade de vagas	01 e 02/09/2026 – Formulário no site do Programama
Início do semestre – Encontro dos Novos Alunos com os Veteranos	**03/09/2026**

Brasília,14 de agosto de 2026.

Profa Dra. Any Avila Assunção - Coordenadora do MPDS
Prof. Dr. Alexandre Agra Belmonte
Prof. Dr. Augusto Cesar Leite de Carvalho
Prof. Dr. Douglas Alencar Rodrigues
Prof. Dr.Douglas Henrique Marin dos Santos
Comissão de Seleção do MPDS

Prof. Luiz Claudio Costa
Reitor do Centro Universitário IESB

ANEXO 1

- **Área de Concentração**: **Direitos Sociais e Processos de Reivindicação**

A proposta de Programa de Mestrado Profissional em Direitos Sociais e Processos de Reivindicação, com foco nas relações de trabalho das organizações públicas e privadas, leva em consideração não apenas a relevância social e científica da formação profissional avançada, mas também a necessária inter-relação entre o setor produtivo e a universidade, para buscar a formação de profissionais que sejam capazes de atender as demandas do setor produtivo de bens e serviços.

Com efeito, o setor produtivo de bens e serviços, públicos ou privados, preocupa-se hoje não apenas com as questões relativas à produtividade do trabalhador, mas também com as questões pertinentes à efetividade dos direitos sociais, que na atualidade, muito mais do que antes, são reivindicados tanto na esfera administrativa quanto judicial.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º, revela o traço concernente à indisponibilidade dos direitos sociais, bem como, a característica da autoaplicabilidade. Daí a importância do estudo reflexivo e aprofundado dos instrumentos e mecanismos que se encontram tanto à disposição do Estado e da sociedade para promover a efetivação dos direitos sociais, designadamente aqueles pertinentes às relações de trabalho (seja nas relações entre o Estado e seus cidadãos, seja nos conflitos privados), como também, daqueles que o operador do Direito pode dispor para buscar, sobretudo, a tutela jurisdicional visando a concretização/defesa de tais direitos.

Com efeito, o estudo dos direitos sociais sob a perspectiva dogmático-jurídica não pode prescindir de uma abordagem percuciente das relações de trabalho, não apenas sob a lógica econômica do setor produtivo, mas, principalmente, sob o aspecto valorativo do trabalho humano. Não se pode conceber a sustentação dos direitos sociais pertinentes às relações de trabalho em um contexto sócio-político que não promova um desenvolvimento sustentado e sustentável, capaz de incluir socialmente um número cada vez maior de cidadãos que vivem à margem da sociedade. Essa ideia inclusiva não pode prescindir de uma reflexão teórica sobre o caráter instrumental do direito para realizar os objetivos constitucionais de erradicação da

pobreza e da redução das desigualdades sociais, a partir do conteúdo essencial das relações de trabalho, que é a dignidade do trabalhador. Qual seria a utilidade social de um desenvolvimento social sustentado e sustentável que não tivesse como objetivo resgatar da marginalização o maior número de cidadãos? A possibilidade, inclusive, de se buscar no Poder Judiciário provimento voltado para a efetiva implementação de políticas públicas, sobretudo daquelas relacionadas à concretização dos direitos sociais pertinentes às relações de trabalho traz, também, ao foco, o necessário estudo e discussão acerca dos instrumentos e mecanismos cabíveis para tais soluções.

A proposta de Mestrado Profissional em Direitos Sociais e Processos Reivindicatórios permitirá, portanto, o estudo do arcabouço legal, teórico e prático (dos procedimentos e processos) em que se inserem as ambiências e conflitualidades atinentes às relações sociais laborais, considerando que o operador do direito pode contribuir para as transformações/soluções diretamente relacionadas à proteção dos direitos sociais fundamentais, designadamente naquelas questões concernentes à possibilidade de se reivindicar administrativa e judicialmente tais direitos sob tal enfoque.

 Linhas de Pesquisa 1: Direitos Sociais, Relações de Trabalho e Desenvolvimento Sustentável'

Descrição:

A primeira linha de pesquisa que se propõe volta-se para o estudo dos direitos sociais, sob a ótica da sua constitucionalização e concretização/efetividade, relacionando-os com a sustentabilidade do desenvolvimento econômico-social, observadas as relações sociais de trabalho estabelecidas nas organizações públicas e privadas, cujo âmbito emergem diversos conflitos, sobretudo os laborais – levando-se em conta que, perfil profissiográfico pretendido neste curso é o desenvolvimento de habilidades e competências hábeis à formação de profissionais qualificados para a compreensão, criação, implementação e desenvolvimento de formas meios e instrumentos inovadores e transformadores de procedimentos visando a aplicação nos processos reivindicatórios de direitos sociais, especialmente diante da premência na sua efetivação no contexto da vida nacional, considerados os avanços das ciências e das tecnologias.

A conquista dos direitos sociais, como se sabe, não é fruto do mero acaso nem decorre dos bons auspícios do Estado, sendo, ao contrário, produto de lutas políticas de movimentos sindicais, que foi alcançado pela via de legítimos processos de reivindicação. Além disso, o novo contexto social contemporâneo traduz um impacto cultural, econômico, social e ambiental nas diversas organizações públicas e privadas onde se desenvolvem as relações de trabalho, exigindo do meio acadêmico uma rápida evolução quanto aos paradigmas e possibilidades de solução dos problemas. Cabe fazer uma reflexão coerente e madura sobre tais acontecimentos, com a finalidade de apresentar, no âmbito jurídico, soluções práticas, inovadoras e transformadoras, considerando as vertentes social, econômico e ambiental.

No conjunto de estudos agrupados nesta linha, emergem novas possibilidades e desafios para os profissionais do direito, que poderão conhecer e avaliar opções aptas a acelerar e tornar mais eficiente à proteção e garantia dos direitos sociais pertinentes às relações de trabalho correlacionando-os com o desenvolvimento sustentável, em sua dimensão econômica e social. Investigação aprofundada sobre a literatura científica nacional e estrangeira e a avaliação, cuidadosa, das experiências encontradas em instituições do setor público e privado, guiam os estudos contemplados pela presente linha de pesquisa.

As disciplinas relacionadas ao desenvolvimento de tal linha de pesquisa (além daquelas que compõem o Núcleo Comum do Programa – obrigatórias e eletivas) abordarão temas como: relações de trabalho, meio ambiente e sustentabilidade (sob a ótica das relações sociais de trabalho); as sanções criminais relacionadas ao trabalho e a efetividade dos direitos sociais; discriminação/ segregação no trabalho; a instrumentalidade dos processos de reivindicação dos direitos sociais; as técnicas de efetivação dos direitos fundamentais; a livre iniciativa e as relações de trabalho na ordem econômica e social.

 Linhas de Pesquisa 2 : Processos de Reivindicação e Efetivação da Justiça e dos Direitos Fundamentais

Descrição:

Esta linha de pesquisa propõe investigar os processos de reivindicação dos direitos fundamentais, com ênfase nas relações sociais de trabalho e nos conflitos que

se instalam entre o Estado e a sociedade, ou entre os próprios atores sociais, na busca da efetivação daqueles direitos e da própria justiça, focalizando, também, certos segmentos sociais, considerando suas características de gênero, classe e raça. Pretende-se desenvolver uma análise inovadora dos direitos fundamentais, no que tange à sua efetividade/aplicabilidade e dos respectivos processos de reivindicação, sob uma perspectiva jurídico-argumentativa, que incluirá tanto o discurso dogmático quanto uma abordagem zetética, visando compreensão e a produção de intervenções e soluções para os respectivos problemas que circundam as relações sociais de trabalho.

Pretende-se, assim, atribuir um sentido inovador às soluções juridicamente adequadas à proteção dos direitos fundamentais, aos diversificados conflitos e fenômenos sociais que emergem dos processos de reivindicação. Propõe-se, ademais, um exame dos diversos procedimentos judiciais e administrativos, partindo-se da premissa de que estes devem buscar, primordialmente, o atendimento de reivindicações cidadãs, sob as garantias do devido processo legal, voltado para a efetivação dos direitos fundamentais, ponto em que se torna acentuado o diálogo com a linha de Pesquisa 'Direitos Sociais, Relações de Trabalho e Desenvolvimento Sustentável'.

É com tal perspectiva que a presente linha de pesquisa propõe o estudo das relações sociais laborais (dos trabalhadores públicos e privados) – sob o escopo dos direitos fundamentais – ao analisar e compreender as práticas (e discursos) institucionais em sua construção jurídica e desvelar os fatores desencadeantes do acesso (des)igual ao direito e à justiça, juntamente com a verificação dos limites, das dificuldades e das possibilidades de se lograr transformações inovadoras e emancipatórias quando da atuação /intervenção do operador do direito – para , ao final, encetar/propiciar no Aluno-Mestrando, a delimitação mais precisa de técnicas processuais, e, por conseguinte, que o profissional identifique de forma estratégica e transformadora as hipóteses de melhor realização de direitos fundamentais/sociais.

São conteúdos essenciais desdobrados nas disciplinas que compõem o Núcleo Específico desta Linha de Pesquisa (além daqueles constantes dos demais Núcleos), visando a compreensão dos conflitos que emergem no campo das relações sociais de trabalho, e, respectivas soluções: os aspectos processuais atinentes ao recurso

criminal nos conflitos individuais e sociais; as questões sociojurídicas (mudanças, continuidades e desafios) que permeiam as relações sociais de gênero no mundo do trabalho; o acesso à justiça e a coletivização das ações; os sistemas de solução de conflitos trabalhistas; reflexões, análises e debates jurídicos e sociais relativos ao sindicalismo e as relações de trabalho e as desigualdades sociais (no serviço público e nas organizações privadas); os impactos dos movimentos sociais e do sindicalismo nas relações de trabalho; e a análise dos desdobramentos (jurídicos e sociais) relativos os processos reivindicatórios e as políticas públicas.

Centro de Educação Superior de Brasília
Centro Universitário Instituto de Educação Superior de Brasília
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Mestrado Profissional em Direitos Sociais e Processos Reivindicatórios

ANEXO 2

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

DADOS PESSOAIS

CPF_____ DATA DE NASCIMENTO____/___/____

NOME COMPLETO_____

NOME DO PAI_____

NOME DA MÃE_____

NACIONALIDADE_____ PAÍS DE NASCIMENTO_____

GÊNERO ☐ FEMININO ☐ MASCULINO ☐ NÃO QUERO DECLARAR

ESTADO CIVIL_____

Nº IDENTIDADE_____ DATA DE EXPEDIÇÃO____/___/_____

☐ PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

ESPECIFICAR _____

ENDEREÇO

CEP_____

BAIRRO_____ CIDADE-UF_____

LOGRADOURO_____

E-MAIL_____

TELEFONE_____ CELULAR_____

EX-ALUNO

Caso seja ex-aluno do IESB, marcar o campo abaixo:

☐ Ex-Aluno

DOCUMENTOS ENTREGUES PELO CANDIDATO

☐ RG ☐ CPF ☐ CERTIFICADO DE RESERVISTA (quando cabível)

☐ TÍTULO DE ELEITOR (com comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral)

☐ CURRÍCULO ACADÊMICO E PROFISSIONAL ;ou ☐ CURRÍCULO NA PLATAFORMA LATTES

☐ CÓPIA DO DIPLOMA DE GRADUAÇÃO;

☐ HISTORICO ESCOLAR CURSO DE GRADUAÇÃO

☐ CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CASAMENTO (se houve alteração no nome)

☐ COMPROVANTE DE RESIDENCIA

☐ COPIA DO PASSAPORTE (em caso de candidato estrangeiro)

☐ REGISTRO NACIONAL DE ESTRANGEIRO – RNE (em caso de candidato estrangeiro)

☐ VISTO DE REGULARIDADE, FORNECIDO PELA POLICIA FEDERAL (em caso de candidato estrangeiro)

☐ CARTA DE INTENÇÕES DO CANDIDATO / MEMORIAL

☐ TAXA DE INSCRIÇÃO